



CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE PROGRESSO/RS

PROJETO DE LEI Nº 154.10, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.
ORIGEM: PODER LEGISLATIVO

Autoriza o Poder Legislativo a instituir sistema de Vale-Alimentação aos servidores dos Quadros de Cargos e Funções Públicas, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Progresso/RS, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREDADORES DE PROGRESSO,
Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que o plenário aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o vale-alimentação a ser concedido aos beneficiários, nos termos que especifica.

Seção I

Do Vale-Alimentação

Art. 2º. O vale-alimentação, de natureza indenizatória, será concedido aos servidores dos Quadros de Cargos e Funções Públicas do Poder Legislativo, estatutários e celetistas ativos, aos cargos em comissão em geral, destinando-se a custear despesas de alimentação decorrentes do cumprimento da jornada de trabalho.

§ 1º. Inclui-se nas categorias a serem beneficiadas os ocupantes de empregos que estejam cedidos ou permutados a outras esferas, desde que percebam seus vencimentos pela câmara de Vereadores e não recebam benefício equivalente no órgão de lotação.

§ 2º. Cabe ao servidor pedir sua inclusão, exclusão ou reinclusão no programa.

Art. 3º. Fica fixado em 22 (vinte e dois), o número de dias trabalhados mensalmente para efeitos desta Lei.

Art. 4º. O vale alimentação será concedido mensalmente e creditado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de sua competência, destinando-se a subsidiar as despesas com a alimentação dos beneficiários, na seguinte proporção:

I. Aos servidores com carga horária de 37h30min (trinta e sete horas e trinta minutos) horas semanais, bem como aos Cargos em Comissão, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais);

Parágrafo único. O reajuste do Vale-Alimentação será sempre na mesma proporção de percentual aplicado na revisão salarial e aumento real concedido aos Servidores e Empregados Públicos, ativos e inativos do Poder Legislativo.



CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE PROGRESSO/RS

Art. 5º. O servidor deverá cumprir carga horária integral, conforme disposto no Anexo que dispõe sobre a criação do emprego ou cargo, não sendo estendido o benefício caso as atividades sejam exercidas fora do local de trabalho ou em número inferior a vinte horas semanais.

Art. 6º. Os servidores contribuirão, a título de coparticipação, com o valor de 2% (dois por cento) calculado sobre o Padrão Básico de Referência Salarial dos Servidores Públicos da Casa Legislativa.

Art. 7º. O benefício será concedido uma única vez em caso de acúmulo regular de cargos, empregos ou funções.

Seção II

Das vedações do vale-alimentação

Art. 8º. É vedada a concessão do Vale-Alimentação ao servidor que no mês incorrer nas seguintes ocorrências/situações:

I - impontualidade na entrada ou saída do horário de trabalho, incidente por até cinco vezes, sendo tolerado até 5 (cinco) minutos, eventualmente ocorrido;

II – ausência ao serviço injustificado, ainda que por um turno ou horas;

III – sofrer penalidade disciplinar de qualquer espécie;

IV - desempenho de mandato classista;

V - licença para concorrer a mandato eletivo;

VI - afastamento do emprego em virtude de atestado médico, licença saúde, ou para acompanhar Pessoas da Família, a vedação do pagamento do Vale-Alimentação obedecerá à seguinte Tabela:

Atestado Mensal	Percentual de desconto
Até 01 dia	00%
Até 02 dias	50%
Até 03 dias ou mais	100%

VII – durante a licença gestante e auxílio doença.

§ 1º. Em caso do acumulado no mês alcançar 02 (dois) dias de licença saúde, o servidor, no mês seguinte, perceberá 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no art. 4º, desta lei ou do valor devido;

§ 2º. Em caso do acumulado no mês alcançar 03 (três) dias de licença saúde, ou mais, o servidor, no mês seguinte, não perceberá o valor fixado no art. 4º, desta lei;

§ 3º. Em casos de pagamento de diárias, refeições custeadas no Município em razão de deslocamentos de serviços, e licenças legais acima de cinco dias, perceberá o benefício proporcionalmente aos dias trabalhados no mês, subtraindo os dias em que recebeu ressarcimento ou alimentação;

§ 4º Para fins de apuração das ocorrências de que trata o “caput” deste artigo, será levado em conta a efetividade do mês imediatamente anterior à concessão do Vale.

Art. 9º. Ficam excluídos das disposições da presente Lei o servidor que estiver:

I – à disposição ou em exercício em qualquer entidade estranha ao quadro da Câmara de Vereadores;



CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE PROGRESSO/RS

II – em gozo de licença não remunerada;

III – licenciado ou afastado temporariamente do emprego, cargo ou função;

§ 1º. O restabelecimento da concessão do Vale-Alimentação dar-se-á sempre com vistas ao mês subsequente ao do retorno às atividades do cargo ou função;

§ 2º. A exclusão de benefício na hipótese do item IV, V e VI, do artigo 8º corresponderá ao número de dias afastados.

Art. 10. Fica vedado o pagamento de vale-alimentação nos dias em que o servidor estiver em deslocamento, para prestar serviço em local diverso de sua lotação, em atendimento às necessidades do Poder Legislativo.

§ 1º. Para os deslocamentos para fora do Município ocorrerá o ressarcimento das despesas de alimentação ou pagamento de diárias de viagem, consoante dispõe a Resolução nº 108.07/2015, de 11/05/2015, ou outra que vier substituí-la, conforme o caso.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 11. O Vale Alimentação de que se trata a presente Lei:

I – não integrará o vencimento, remuneração ou salário, nem se incorporará a este para quaisquer efeitos;

II – não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber;

III – não configura como rendimento tributável e nem sofrerá incidências de contribuição para o plano de Seguridade Social do servidor público.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para atender as despesas decorrentes desta Lei, poderá o Poder Legislativo abrir os créditos adicionais nos valores correspondentes, com a classificação e indicação de recursos de acordo no a Lei Federal nº 4320/1964.

Art. 13. Para a implementação dos serviços de processamento de dados e administração dos cartões de crédito do vale-alimentação, fica o Poder Legislativo autorizado a firmar Convênio ou Contrato com Instituição devidamente habilitada, em conformidade com as disposições da Lei Federal Nº 14.133, de 1º, de abril de 2021.

Art. 14. É o Poder Legislativo autorizado a regulamentar as disposições desta Lei, por Decreto, no que couber.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.

Plenário Ademir Luiz Caumo, em 12 de Janeiro de 2026.

RONALDO PALOSCHI
Presidente

MARINO JOÃO BOZZETTI
Vice - Presidente

MARILDO GOTTARDI
Secretário da Mesa Diretora

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE



CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE PROGRESSO/RS

MENSAGEM JUSTIFICATIVA.
Ao Projeto de Lei nº 154.10/2026

Senhor Presidente e
Senhores Vereadores:

Encaminhamos a análise plenária da Casa Legislativa o Presente Projeto de Lei, trata-se do Vale-Alimentação, benefício esse adotado pela maioria dos Municípios e dos poderes Legislativos.

O valor do vale-alimentação será fixado em R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), com participação do servidor correspondente a 2% (dois por cento), calculada sobre o Padrão Básico de Referência Salarial dos Servidores Públicos da Casa Legislativa. O benefício será concedido exclusivamente aos servidores do Quadro de Cargos e Funções Públicas do Poder Legislativo, estatutários e celetistas em efetivo exercício, bem como aos ocupantes de cargos em comissão em geral, excetuados os cargos políticos.

Destacamos que existe previsão orçamentária para essa despesa, a contar de janeiro de 2026, portanto o Poder Legislativo tem plena capacidade de suportar sua implantação.

Para os serviços de processamento de dados e administração dos cartões de crédito do vale-alimentação, o Poder Executivo, mediante autorização desse Legislativo, deverá firmar Convênio ou Contrato com Instituição devidamente habilitada, em conformidade com as disposições da Lei Federal Nº 14.133, de 1º, de abril de 2021.

A justificativa para o vale-alimentação de servidores do poder legislativo reside na valorização profissional, melhoria da qualidade de vida e reconhecimento do trabalho. Esse benefício é visto como uma forma de auxiliar o servidor a cobrir custos com alimentação, o que pode aumentar a motivação e o bom desempenho, refletindo em um melhor atendimento à população.

Por outro lado, o Vale Alimentação servirá também como controle de assiduidade e pontualidade dos servidores, uma vez que, no corpo do Projeto de Lei estão previstas as proporcionalidades, em casos de faltas ou atrasos.

Certos de contarmos com o costumeiro apoio dessa Casa Legislativa, como vem ocorrendo em matérias que tratam da valorização do Quadro de Servidores Públicos, subscrevemo-nos antecipando agradecimentos.

Atenciosamente

RONALDO PALOSCHI
Presidente

MARINO JOÃO BOZZETTI
Vice- Presidente

MARILDO GOTTARDI
Secretário